

Tendências/Debates

ANC 88
Pasta 10 a 15
Agosto/87
132

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os militares e a Constituinte

LYSÁNEAS MACIEL

É certo que vários elementos que constituem a Assembléia Nacional Constituinte, em termos de partidos, pessoas e grupos têm mostrado uma tendência acomodada e conivente em relação à participação dos militares. Mais ainda: é preciso acrescentar que a perplexidade que invade e perpassa toda a sociedade, facilita articulações de fisiologismo e adaptações difíceis de imaginar em outro contexto.

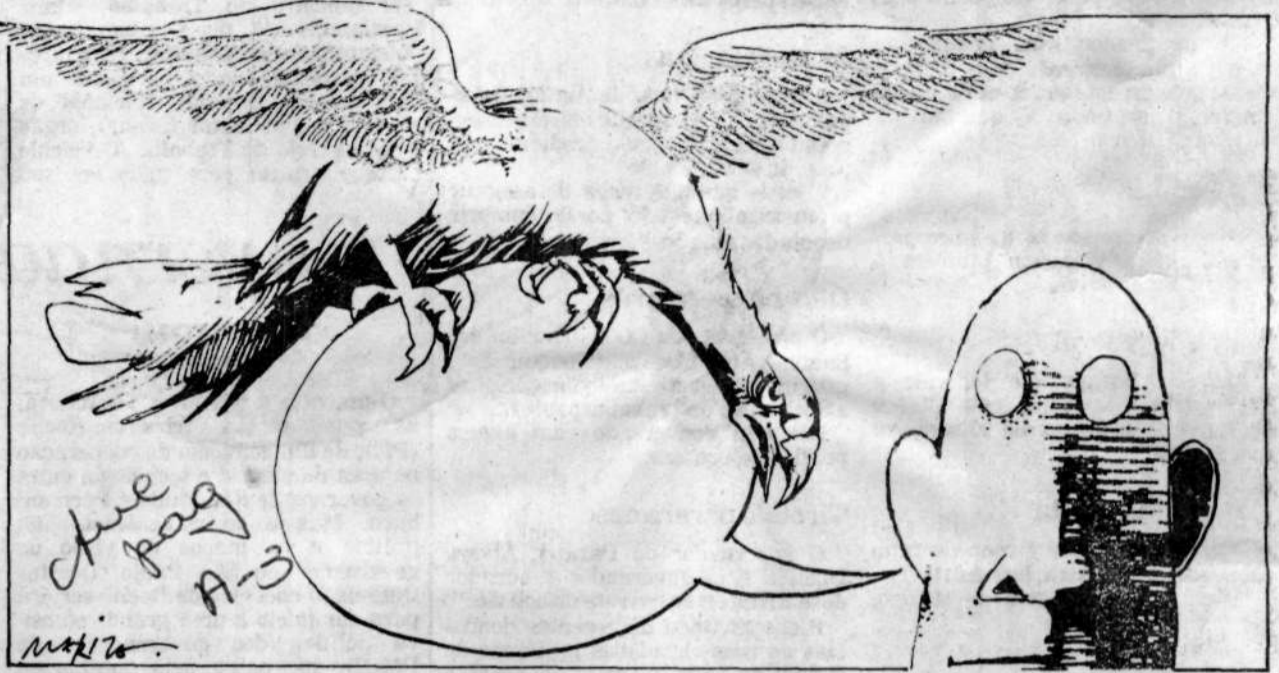
Alguns observadores da política nacional não escondem seu desapatimento com a transferência de vários líderes, que no passado se notabilizaram pelo combate ao poder autoritário, para o convívio com um governo não só impopular mas nitidamente antipopular.

Está cada vez mais evidente que o "liberalismo" do atual ministro da Justiça não possui bases sólidas. Não é possível atribuir-lhe somente modificações provenientes das más companhias. O que vemos, com grande desgosto e desalento, é a desfiguração de velhos companheiros de luta que, sob a justificativa de que com o poder nas mãos evitam maiores catástrofes, se entregam a uma prática que os amolda a tudo aquilo que condenaram anteriormente.

Em emenda que apresentei à Comissão Eleitoral, argumentava que é necessário tomar medidas para neutralizar a ação das Forças Armadas como árbitro da crise e tutora da sociedade civil.

Convém observar com toda atenção: o que permanece é a visão da Escola Superior de Guerra, voltada para a construção de um Brasil-Potência-Militar que não pode permitir as mudanças estruturais necessárias à vida nacional. Os grupos militares que empalmaram o poder não conseguiram evoluir desta visão que vem dos tempos áureos de Golbery, mas que é uma ideologia de dominados. Não conseguem eles entender a dura realidade que aponta em outra direção: jamais alcançarão este objetivo com as relações capital-trabalho que imperam em economias atrasadas. Não percebem que seu aliado temporário, o empresariado nacional, necessita de mão-de-obra barata para alcançar seus propósitos de lucro. Não se dão conta de que as desigualdades estão criando bolsões de pobreza que geram em proporções arrasadoras uma sub-raça, mal nutrida, analfabeta e doente.

Na verdade as concessões especiais moldadas pelo autoritarismo permanecem fazendo com que a "casta" militar goze de excepcionalidades que contribuem ainda mais para a



sua alienação e miopia; assim os militares vêm nas reivindicações populares "desordem", "desestabilidade" e "ameaças à democracia".

Mas não estamos falando aqui de uma corporação que mantém insistentemente uma visão deturpada somente pelo seu isolamento e leis próprias, mas de um grupamento social que está intimamente associado ao poder e que transfere sua visão a um governo cuja ilegitimidade se agrava com crescente impopularidade.

A chamada lenta e gradual transição não tem outro significado que a manutenção do poder e da influência militares. É claro que em determinados acontecimentos seus interesses se confundem com os da burguesia nacional, mas não convém que sejam considerados como uma expressão única, de posições idênticas. No momento os vemos juntos a se expressar na Constituinte em questões como reforma agrária, jornada de trabalho, segurança e estabilidade de emprego; mas confundi-los é um erro.

Então, é preciso chamar a atenção para esta configuração incômoda em que se transformaram as Forças Armadas hoje. O excesso de poder, a possibilidade de coerção e o abuso de autoridade se tornam tão corriqueiros que sua posição é, além de antidemocrática, uma ameaça constante aos avanços possíveis da Constituinte.

Há indícios de que esta hipertrofia se tem manifestado nos corredores da Constituinte, o que é largamente

difundido pela imprensa. Os progressistas da política "realista", às vezes inocentemente, se esquecem de que, sem o afastamento do militarismo a elaboração da Carta está se tornando uma farsa.

Não combato os militares numa atitude maniqueísta, considerando-os como espectro ou configuração do mal, mas sim o militarismo como se expressa no país e na América Latina em geral. Está muito presente em nossa memória a declaração do general Figueiredo que ocupava a Presidência da República quando, em entrevista pela televisão, disse que na caserna se falava em pátria, e na política só se buscavam os interesses pessoais. Esta declaração, depois de vinte anos de ditadura militar, onde vários representantes das Forças Armadas se envolveram em corrupção e abuso de poder chega a ser constrangedora, mas ao mesmo tempo mostra como parte das Forças Armadas se vêem, em relação ao restante da sociedade.

Isto se dá em relação às corporações em geral, mas é uma constatação frequente nos Estados Unidos, como atestam os últimos escândalos do caso Irã-contras cujos resultados práticos afetam a soberania de todos os países da América Latina: desde que sigam as regras de obediência à hierarquia, cessa a responsabilidade ética para com a sociedade civil. Se não for assim, como entender que mantenham as constantes ameaças, após vinte anos de fracassos administrativos que incluem, em larga escala, a corrupção?

"Não acredito que se possa encontrar, em toda a face da terra... outra instituição que tenha produzido tantos homens falsos e ingratos quanto os que emanaram desta instituição".

Palavras proferidas em 1893 pelo senador republicano B.I. Wade, de Ohio a respeito da Academia Militar de West Point, citados por Gore Vidal em 1973, que acrescenta: "Não gostam de civis; seu desprezo pelos políticos é praticamente tão absoluto quanto sua ignorância das instituições do país que supostamente servem depois do dever, depois da honra". (Gore Vidal — "De fato e de ficção")

Convém ainda acrescentar que os oficiais de West Point contribuíram largamente para difundir a ideologia de segurança nacional, encampada quase sem matizes próprias pela Escola Superior de Guerra. "Pelo mundo os egressos de West Point estão fabricando elites militares treinadas não para lutar na guerra, mas para lutar contra aqueles que gostariam de aumentar a democracia em seus próprios países" (ainda Gore Vidal, mesmo texto).

Por outro lado seria bom ter os militares todos votando, sendo votados, participando de todas as facetas da vida nacional, mas não como corporação privilegiada e sim como cidadãos da República, através de nossas instituições e espaços apropriados.

LYSÁNEAS DIAS MACIEL, 59, advogado, é deputado federal (PDT-RJ)

Dr. Alceu e o laicato, este desconhecido

CÂNDIDO MENDES

Alceu Amoroso Lima morreu a 14 de agosto de 1983, na inquietação luminosa de saber o caminho de seu tempo mas cobrar sempre mais do que divisava. Podia fazê-lo quem, neste século, entregou sua biografia à da própria aventura do espírito em nossa terra. Os últimos artigos de Tristão de Athayde marcavam ao falar sobre as viradas cardeais, a sabedoria dos "Fioretti" de João 23. Mas em muitas das últimas conversas, na correspondência, e nas notas da chegada aos 90 anos, o leigo exemplar do catolicismo brasileiro interrogava-se sobre o compromisso político do cristão na abertura.

Não se tratava apenas de reconhecer o torpor fisiológico a que induz a boa consciência instalada, capaz das interrogações mais edificantes, a título individual, sobre a injustiça do nosso tempo, mas insusceptível de viver uma efetiva prática de transformação social. Dr. Alceu nos convocava a meditar sobre o compromisso explosivo deste laicato, de buscar a palavra que é sua na comunidade da Igreja, no testemunho e na ação política nos dias de hoje.

Teremos condição de realizar plenamente a tarefa ou continuaremos sempre culpados do que não somos? Até onde a força da hierarquia nessa última vintena, como voz das "injustiças sem voz", crestou o desempenho do leigo na abertura, e acostumou-o a que, em tempo de ditadura como de democracia, se fizesse ouvir primeiro o episcopado? Habitamos a uma inconsciente e cômoda clericalização dessa "tomada da palavra", como se permanesse o álibi do Estado de exceção e o subsídio dos bispos, à manifestação que incumbe, de saída, aos católicos, imersos na lide política.

A Igreja saiu do autoritarismo com esse saldo único de presença junto a Brasil silencioso e marginalizado, conquistando um capital de confiabilidade hoje sem paralelo junto às raízes mais fundas da sociedade brasileira. Às vésperas de 64 o laicato já se desinstalara. Ao risco de um radicalismo da generosidade mergulhava fundo durante o túnel e fecundava de maneira profética as comunidades de base, guarnecidas hoje contra as utopias fáceis e as certezas triunfalistas de pensar-se a alternativa do projeto brasileiro. A destituição é o referencial desta prática mas, por si só, não traz a garantia da plena leitura dos "sinais dos tempos", lembra-nos dr. Alceu. Ao lado desta militância subterrânea, o compromisso político confessional viveu, nestas últimas duas décadas, e ao risco da perda do grão de sua voz, o papel de prolongamento natural da hierarquia na denúncia do quadro de violência do país autoritário, através das comissões de Justiça e Paz. O excepcional testemunho de São Paulo permitiu, na reação à morte de Wladimir Herzog, o grito de basta à rotina das torturas, passado da praça da Sé aos quartéis.

Como se conjugam agora estas vertentes indagava dr. Alceu, no dever da mudança, tão difícil quanto o dever da denúncia dos últimos anos? As lideranças emergentes na Constituinte, o desempenho de relatores e presidente das comissões temáticas, a palavra de tantos novos porta-vozes de legendas reencontram-se na paleo-história da Ação Católica. Constituem sobre o compromisso das siglas o de um verdadeiro "partido oculto", de importância decisiva para mostrar que a maior envergadura de uma ação política consequente não precisa da

procura fetichista dos centros para encontrar a sua moção criadora. Nada mais perigoso à conquista efetiva da democracia, como estuário de uma prática social, que a busca, a priori, de equidistâncias ou de consensos por esvaziamento temático, ao invés de princípios basilares norteando os movimentos de idéias antes dos corpos partidários. Tendo vivido a presidência da LEC e a expectativa das Constituintes pré-Vaticano 2.º, dr. Alceu contrapunha ao ideário da "natural harmonia" entre o Brasil das elites e o da confessionalidade instalada, os imperativos do testemunho político encarnado, confrontando a marginalização coletiva ou o conflito crescente entre a burocracia do Estado e a sociedade silenciada em suas raízes. Ou a injustiça das estruturas sociais no quadro da mudança abortada. A imposição de alinhamento pelos sinais dos tempos são novos "Rubicons" a mostrar a um evangelismo generoso a profundidade do passo e do fosso ao se passar da intemporalidade dos valores à sua conquista no seio da vida social.

Confluindo no veio defensivo de um mesmo depósito de princípios no plano intransigente da defesa da vida, da família, ou de um pluralismo educacional, até onde progride hoje uma mesma identidade básica no plano das exigências cristãs do desenvolvimento e de uma Constituinte que a sufrague.

A visão libertária final de dr. Alceu trazia as marcas e as cicatrizes desta imersão no seu tempo, a palavra mais repetida ao longo de toda a obra de Tristão. E a alegria da plenitude da última década de sua vida, é dessa riqueza da pessoa que só se conquista de retorno daquele mergulho. Nada mais difícil para um filho do patriciado da "belle époque" do que atingir

uma visão histórica referida, forçada na nitidez das opções básicas pela violência das contradições de um país subdesenvolvido.

O nó górdio de tantas polêmicas cruciais da Constituinte poderá ser sempre cortado pelo gume elementar de quem se posicione no plano econômico e político pelas premissas da distribuição e da participação. Mostram esses nortes, sob a aparência de verdades quase pleonásticas, o que é o compromisso confessional em termos da reforma agrária e urbana ou da aceitação do princípio "subversivo" das emendas populares, frente ao velho monopólio da legislação pela democracia representativa. O debate da Carta Magna mudou agora de escala, portado pela ação da Igreja a um porte de propostas que desbordam um milhão de assinaturas. Quer-se incorporar a expectativa do Brasil marginal ao que se abriga sobre as calotas hígidas do plenário constituinte. Por sobre todo o conteúdo destas emendas o essencial é que vingue, no texto, o próprio princípio da iniciativa da coletividade incorporado à vida e à rotina do processo legislativo. Presente-se o ímpeto que porta a proposta, a continuar a mobilização das "diretas-já". São fáceis de prever também as resistências à sua aceitação por um juridicismo manicurado. O que se apara aí é a força de um Brasil de fundo que quer continuar o momento constituinte ao lado das vontades mandatadas em novembro último. O "partido oculto" de dr. Alceu responde pelas expectativas da nação do silêncio, e fala agora por um laicato definitivamente saído da sombra.

CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, 58, é sociólogo, presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco e diretor do Conjunto Universitário Cândido Mendes (RJ).